

O dilema dos anos 1990: o que fazer com o nacionalismo em países pós-comunistas?

O ensaio se dirige aos intelectuais que consideram os países pós-comunistas como focos de um nacionalismo irracional. São apontados mal-entendidos terminológicos e metodológicos acerca do uso da palavra nacionalismo. Idéias sobre interesses nacionais reais ou parcialmente imaginados acompanham a existência de todas as nações. O tipo prevalecente de formação nacional na Europa Central e Oriental ocorreu através de movimentos nacionais, iniciados por um grupo étnico não dominante. Este processo resultou em algumas características típicas dos cidadãos de “pequenas nações”.



The essay addresses those intellectuals who draw the conclusion that post-communist countries are foci of irrational nationalism. Terminological and methodological misunderstandings concerning the use of the term nationalism are pointed out. Ideas about real or partially imagined national interests accompany the existence of every nation. The prevailing type of nation-state formation in Central and Eastern Europe occurred through national movements started from a non-dominant ethnic group. This process resulted in some characteristics typical of the citizens of ‘small nations’.

Miroslav Hroch: Professor de História da Universidade Charles, Praga. Foi professor-visitante na Alemanha, Itália, Finlândia, Lituânia e nos Estados Unidos.

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio crítico foi endereçado aos intelectuais ocidentais que consideram os desenvolvimentos contemporâneos nos países pós-comunistas dominados principalmente pelo crescimento de um nacionalismo irracional e destrutivo. Uma série de mal-entendidos terminológicos e metodológicos é apontada. A formação nacional tem ocorrido sob a forma de movimentos nacionais, um tipo iniciando de um grupo étnico não dominante e não de um precoce Estado-nação moderno. Esse desenvolvimento na direção de uma nação moderna prevalece na Europa Central e Oriental, apesar de também ser encontrado no Oeste e Norte europeu. Tal tipo de formação nacional resultou em algumas características e estereótipos permanentes que se desenvolveram de maneira típica nos membros de pequenas nações. É necessário diferenciar o uso do termo nacionalismo: identidade nacional é diferente de nacionalismo. Idéias sobre interesses nacionais reais ou parcialmente imaginados acompanham a existência de todas as nações (e, portanto, também das do Leste europeu).

O processo de educação rumo a uma identidade europeia não pode ignorar a existência de nações como um fato sociológico concernente aos países pós-comunistas. A decisão sobre a inclusão desses países sob a identidade europeia depende não apenas dos membros dessas nações, mas também do quanto o Ocidente deixará de perceber os pequenos países pós-comunistas como meros receptores de ajuda econômica e focos acidentais de “nacionalismo”.

Independentemente de se achar excitante ou perturbador, inegavelmente doze novos Estados nacionais foram formados nos últimos anos na região antes confortavelmente rotulada de Bloco Soviético pela Europa Ocidental. Esses Estados não surgiram por comando de Moscou, mas foram (em grande parte) motivados por um desejo espontâneo por autodeterminação, o

qual, infelizmente, surpreendeu a maioria dos comentaristas ocidentais. Estes estavam acostumados à idéia de que mudanças constitutivas no Oriente aconteciam por ordens de Moscou e de que havia apenas uma maneira correta de resistir ao comunismo: adoração à economia de mercado global e declaração de direitos civis. Os ocidentais viram-se quase uniformemente horrorizados com os desenvolvimentos atuais que ameaçavam a Europa com um novo tipo de nacionalismo destrutivo! Este artigo não pretende aumentar o número de relatos moralistas sobre o que é certo, nem tece previsões chocantes. A tarefa primária de um historiador é analisar e explicar, não julgar.

2 PONTOS DE PARTIDA QUE LEVAM À ENCRUZILHADA DOS MAL-ENTENDIDOS

Estudos atuais sobre o nacionalismo na Europa Central e do Leste lutam com diversos problemas metodológicos e terminológicos que impedem a captura da essência dos processos atuais.

O primeiro é um problema semântico. Todo especialista sabe que o termo nação tem um significado diferente na consciência lingüística inglesa do da palavra equivalente em alemão e na maioria das línguas eslavas. Ainda assim, encontramos artigos de opinião e análises feitas em inglês utilizando o termo nação (que é conotativo de Estado) de forma irrefletida. Contudo, os agentes de movimentos nacionais contemporâneos na Europa pós-comunista associam fortemente o termo com etnia, linguagem e comunidade de cultura. O contexto lingüístico inglês entende a relação entre nação e grupo étnico como duas categorias diferentes, enquanto os alemães, tchecos, croatas e outros ambientes lingüísticos se referem a duas categorias em desenvolvimento: uma nação é sucessora de um grupo étnico; etnia está contida na existência nacional.

O DILEMA DOS ANOS 1990: O QUE FAZER COM O NACIONALISMO EM PAÍSES PÓS-COMUNISTAS?

Nesse caso, o perigo de um sério mal-entendido é óbvio. Ainda pior é o mal-entendido em consequência do uso descuidado da palavra derivada nacionalismo. Em inglês, ela é mais uma vez conotativa da luta por um Estado ou da idéia de interesses estatais, enquanto seu sentido é bastante instável nos contextos lingüísticos da Europa Central e Oriental. As conotações negativas do termo prevalecem ali, o que é reforçado pela própria terminologia oficial da teoria leninista para a qual nacionalismo burguês é corrompido.

Nacionalismo é um conceito acadêmico relativamente recente. Ele entrou na pesquisa estadunidense no período do entre guerras e apareceu na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Muitos cientistas sociais têm tentado utilizá-lo como um termo neutro, técnico, mas tem sempre dependido da consciência lingüística de nações particulares a aceitação do termo como neutro ou negativo. Afinal, na própria terminologia estadunidense, patriotismo refere-se às manifestações positivas da relação com a nação.

O nacionalismo aparece em tantos contextos que podemos caracterizar a situação como de confusão total. Ele se refere a um estado de espírito como o entendeu Hans Kohn em seu clássico *A era do nacionalismo* publicado no final da Segunda Guerra Mundial? Significa uma atividade humana, luta política ou armada? Deve ser entendido como a identificação real com a nação? Certamente tudo isto e muito mais. Podemos ver o paradoxo mesmo no trabalho de um pensador tão conciso quanto Ernest Gellner. Ele define nacionalismo como um “princípio político que afirma que as unidades políticas e nacionais devem ser idênticas”, porém, mais adiante fala de nacionalismo em relação a Estados já existentes, isto é, onde o postulado do nacionalismo foi atingido e seus efeitos *ex definitione* deveriam, portanto, ter deixado de existir (E. Gellner, *Nations and nationalism*, 1983). O mesmo se aplica à tese compartilhada também por Eric Hobsbawn segundo a qual o “nacionalismo

criou nações". Se esse fosse o caso, o nacionalismo deveria ter desaparecido ou "começado a criar" alguma outra coisa após a formação de nações completas.

O quadro de confusão estará completo se perguntarmos em relação a quem o termo é utilizado. Essa terminologia faz de um membro da SS um nacionalista tanto quanto um participante das resistências norueguesa ou polaca, uma crônica medieval, Dostoiévski, ou Masaryk. O termo é utilizado também no plural e alguns grupos são rotulados nacionalistas. Nenhuma diferença estrutural ou no desenvolvimento é levada em consideração entre esses grupos de nacionalistas. Até nações inteiras foram chamadas de nacionalistas nos anos 1990: sérvios, estonianos, macedônios, russos. Apenas os alemães, que se unificaram na mesma época com notável entusiasmo nacional, são poupados do estigma.

A lista de exemplos poderia prosseguir. Por agora, eu gostaria de acrescentar o seguinte: a evidência de uma pessoa tomando uma atitude nacionalista para com uma nação e sendo simpática a outra é bastante comum. Uma pessoa ou grupo de pessoas podem tomar atitudes nacionalistas em um momento e mudá-las mais à frente, e vice-versa.

Podemos diminuir a confusão ao menos em parte se usarmos nacionalismo em seu velho e fora de moda significado indicativo da atitude de superioridade para com sua própria nação e interesses em relação a outras nações e seus interesses. Também podemos acrescentar que, em muitas línguas (e também nos Estados Unidos!), o termo patriotismo e seus equivalentes são as contrapartes positivas do nacionalismo. O problema é que podemos distinguir essas atitudes (com alguma dificuldade) na análise de atitudes individuais, mas é impossível aplicá-la a atitudes de grupos. Academicamente a solução mais produtiva parece ser evitar o termo nacionalismo e substituí-lo por outros termos menos confusos, como consciência nacional, identidade nacional e identificação,

O DILEMA DOS ANOS 1990: O QUE FAZER COM O NACIONALISMO EM PAÍSES PÓS-COMUNISTAS?

movimento nacional, amor à pátria, ódio à nação X, separatismo, xenofobia, etc. Como veremos adiante, o mais importante destes é identidade.

Outra falha em muitos estudos dos processos de formação nacional e objetivos nacionais na Europa Central e Oriental é tomarem eles o modelo francês como ponto de partida avaliativo do desenvolvimento de toda a Europa. Quaisquer fenômenos não encaixados no modelo são considerados desvios. É significativo que a dicotomia de Kohn acerca do nacionalismo duplo esteja sendo revivida (independentemente de os autores o citarem ou não) no sentido segundo o qual o nacionalismo ocidental teria nascido das idéias de democracia e liberalismo e o nacionalismo oriental baseado nos princípios de etnia, isto é, “sangue”. O primeiro é, obviamente, progressista, porque está de acordo com o princípio civil; o último é reacionário e deveria ser repudiado, pois está associado a autoridade e ditadura. O problema, contudo, não é tão simples porquanto nações foram formadas como parte de um processo histórico, e a história não se desenvolveu da maneira que os humanistas contemporâneos tinham imaginado se desenvolveria.

Isto nos leva a outra abordagem problemática: a falta de perspectiva histórica nos processos contemporâneos na Europa Central e Oriental. Por exemplo, como é sintomático, os estudos da formação nacional da França, Grã-Bretanha ou Holanda recuam até a Idade Média, enquanto estudos sobre o Leste europeu apresentam a questão como se o nacionalismo atual tivesse surgido do nada na região, ou fosse uma repetição de um fenômeno do século XIX. A pura ignorância sobre a história das nações que ousaram formar um Estado-nação nas condições atrasadas das sociedades orientais (cujas língua e cultura os autores ocidentais normalmente desconhecem) é, obviamente, a grande culpada.

Durante os anos 1990, a interpretação mais freqüente do “novo nacionalismo” na Europa pós-comunista foi responsa-

bilizar o comunismo por tudo. O nacionalismo foi banido e suprimido por ditaduras; portanto, ele não podia se manifestar. Ele emergiu de alguma fonte reprimida como um gênio saído da garrafa com a queda das ditaduras. Esta teoria simplista, mas efetiva, pressupõe ser possível congelar um estado de espírito por décadas e que ele irá emergir refrescado após descongelar. Infelizmente, a realidade, testável empiricamente, não corresponde à teoria.

A evidência empírica em apoio à outra parte da interpretação do nacionalismo como criação do comunismo é um pouco melhor. Muitos ex-líderes comunistas usaram *slogans* nacionalistas para atingir seus objetivos políticos após 1990. Essa interpretação, contudo, também tem um ponto fraco: ela não explica por que, em alguns países, as massas concordaram com esses antigos líderes e os apoiaram, enquanto em outros tal argumentação não funciona. Não deveríamos procurar as causas do sucesso de *slogans* nacionalistas nas condições gerais de um país em particular, no contexto das suas tradições históricas, e posição internacional?

O último elemento de confusão metodológica que eu gostaria de apontar pode ser chamado *pars pro toto*. O fato de que uma forte onda de nacionalismo agressivo e xenofobia em massa tenha brotado em um ou dois países pós-comunistas – Sérvia e Croácia – é frequentemente exagerado em estudos na Europa Ocidental (ou na cobertura midiática) a ponto de muitos autores terem falado em nacionalismo em toda a Europa Oriental. O mesmo exagero acontece quando alguns artigos nacionalistas aparecem na imprensa desses países, ou se *slogans* nacionalistas ganham o apoio de certa porcentagem de eleitores. A manifestação do nacionalismo como parte da sociedade é então apresentada como nacionalismo de toda a nação, como evidência da ausência do princípio civil em toda a sociedade, etc. Eu não arrisco imaginar como a Europa Ocidental encararia essa interpretação se al-

guém concluísse dos sucessos eleitorais de Le Pen que todos os franceses são xenófobos, ou das atividades do IRA que todos os irlandeses são terroristas.

3 A ESPECIFICIDADE DAS “PEQUENAS NAÇÕES”

Se quisermos explicar os “novos nacionalismos” na Europa Central e do Leste, temos de aceitar o fato de que essa região, assim como qualquer outra parte da Europa, passou por processos de formação nacional como nosso ponto de partida. Historicamente, existem dois tipos básicos desse processo: o primeiro surgiu de Estados-nação integrados, monarquias constitucionais ou absolutas. Ao final do século XVIII, estes começaram a se transformar – gradualmente ou por meio de revoluções – em comunidades de cidadãos iguais partilhando uma consciência nacional. Os Estados-nação tinham sua própria cultura na tradição da linguagem literária; a estrutura social dos seus membros incluía todas as classes e estratos sociais correspondentes ao nível existente de desenvolvimento econômico e social. As modernas nações francesa, inglesa, holandesa, portuguesa e sueca seguiram esse caminho, assim como com algumas modificações a espanhola e a dinamarquesa.

O segundo tipo de processo de formação nacional deu origem a todas as outras nações européias. Ele ocorreu sob as condições de um grupo étnico não-dominante, isto é, *um etnie* (Smith), que embora possuísse um grau maior ou menor de identidade étnica, não possuía os seguintes critérios de existência nacional completa: 1. a condição de estado; 2. uma estrutura social completa (isto é, com suas próprias elites nacionais); 3. a tradição da língua literária. O desenvolvimento em comunidade nacional tomou a forma mais complicada de movimento nacional; isto é, um esforço decidido de atingir todos os atributos faltantes de existência nacional. Tais movimentos nacionais ocorreram nos territórios de impérios multi-

étnicos. Os mais conhecidos são os impérios russo, habsburgo e otomano, mas a Grã-Bretanha, Dinamarca e Espanha também pertencem a essa categoria.

Os programas desses movimentos nacionais incluíam demandas políticas, sociais e lingüísticas. Tanto objetivos nacionais (o uso da língua na administração estatal, participação política, estrutura social completa) como modernizadores gerais (direitos civis, franquia democrática, liberação do campesinato, etc.) estavam incluídos. Normalmente, os objetivos políticos desses movimentos não incluíam a demanda por independência nacional completa. Apenas os movimentos balcânico, polaco e mais tarde também o húngaro tiveram esse objetivo. É importante para o nosso argumento que todas as nações na parte pós-comunista da Europa (com exceção da Rússia) foram formadas por esse processo. Portanto, elas resultaram de movimentos nacionais mais ou menos bem-sucedidos. É preciso enfatizar que o processo foi de um dos dois tipos básicos de formação nacional e não um desvio, erro, ou constructo artificial, como os *nationalliberalen* alemães e os *eslavófilos* russos afirmaram no século XIX.

Essa diferenciação tipológica não foi incluída para pregar sobre história morta, mas porque a formação das nações modernas na condição de movimento nacional deixou efeitos de longo alcance na mentalidade dessas nações e seus estereótipos específicos e também nas relações com seus vizinhos até os dias de hoje. Qual a essência dessa especificidade? Podemos resumi-la da seguinte forma:

1. A maioria dos movimentos nacionais originalmente não se focava em formar um estado e, portanto, a tradição estatal moderna tem apenas importância marginal no pensamento político que os sustenta. Isto explica seu pequeno interesse nas discussões sobre jacobinismo ou liberalismo e a fervente proteção da sua recém-adquirida estatalidade como valor nacio-

O DILEMA DOS ANOS 1990: O QUE FAZER COM O NACIONALISMO EM PAÍSES PÓS-COMUNISTAS?

nal. Tal atitude certamente contém (e continha no passado) o perigo do estabelecimento de um regime autoritário em defesa de interesses nacionais.

2. A existência de antagonismos nacionalmente relevantes – isto é, antagonismos sociais – nos quais os membros do grupo étnico não-dominante conflitavam com membros do Estado-nação ou elites dominantes de um império multinacional – foram muito importantes para o sucesso da mobilização nacional. Isto fez nascer um estereótipo de nacionalização de conflitos sociais e de interesse em geral. Aquilo que é tratado como um antagonismo social e às vezes traduzido em terminologia política em Estado-nação é traduzido em terminologia nacional nas condições de um movimento nacional e mais tarde também na nação-estado. O antigo estereótipo mesclou-se à realidade nesse processo.

3. Os movimentos nacionais em todos os três impérios orientais (otomano, russo e habsburgo) miravam-se diretamente ou indiretamente no antigo sistema de absolutismo e opressão e sua legitimidade dinástica. Desrespeito pela legitimidade e continuidade freqüentemente seguiam esta atitude. Além disso, esses movimentos começavam de baixo e eram dirigidos contra elites dominantes. A imagem (e mais tarde o estereótipo) do inimigo, assim, não se associava ao vizinho, como no caso de Estado-nação (por exemplo, os alemães na visão dos franceses), mas a alguém no topo: turcos para os sérvios, búlgaros e gregos; russos e alemães para os polacos; húngaros na visão dos eslovacos. Essa relação era, portanto, facilmente aberta à idéia do movimento nacional como uma luta pelo progresso e contra as forças do antigo mundo; czarismo, otomanismo, os habsburgos. Talvez a idéia ainda sobreviva com algumas modificações; por exemplo, o sistema soviético assumindo o papel do czarismo, otomanismo sendo substituído pelos turcos (ou os muçulmanos), e os habsburgos pelos alemães.

4. Segue-se dessas características tipológicas que os movimentos nacionais tinham de se dedicar à conquista do apoio das massas, pois o sucesso da formação nacional dependia dessa mobilização. A rápida integração das massas ao mito do povo como preservador da etnia e, portanto, como núcleo da nação, seguiu-se a essa premissa. Podemos também deduzir daí o democratismo e igualitarismo espontâneos, bem como a resistência enfraquecida ao populismo.

5. Os movimentos nacionais ocorreram em um ambiente no qual a existência nacional não estava garantida. Os líderes dos movimentos eram rejeitados, humilhados, às vezes mesmo perseguidos, e seus objetivos eram classificados como uma ficção, um erro, um crime. Isto deu surgimento ao sentimento subsequente de perigo à nação – posteriormente transformado em um estereótipo duradouro – assim como em uma necessidade de provar a legitimidade da sua própria existência nacional. Um membro do Estado-nação que assume a existência da sua própria nação como garantida tem dificuldades em entender esses sentimentos e estereótipos. A necessidade de justificar as bases para a própria existência nacional tem se manifestado de várias e controversas maneiras. Por um lado, pode estimular inovação, o esforço de atualizar-se, mas por outro lado pode encorajar a busca de desculpas para suas dificuldades próprias e a criação de delírios sobre suas qualidades.

6. O sentimento de perigo também deu à luz outra atitude que tem sobrevivido em estereótipos: a posição de defesa. Os movimentos nacionais partiram da premissa segundo a qual haviam meramente defendido os direitos das suas nações à existência, que não tinham ameaçado a existência de outras nações nem tencionavam fazê-lo. De modo geral, a imagem do caráter nacional como não-violento e pacífico surgiu desse complexo de defesa: bravura e qualidades guerreiras são apreciadas na consciência nacional apenas em relação à defesa contra uma ameaça externa. Enquanto esse estereótipo pode

O DILEMA DOS ANOS 1990: O QUE FAZER COM O NACIONALISMO EM PAÍSES PÓS-COMUNISTAS?

ter tido efeitos educativos positivos (um arado é sempre melhor símbolo nacional que uma espada), outro estereótipo é claramente perigoso: a expiação moral dos atos cometidos em defesa de interesses nacionais reais ou fictícios.

7. Os movimentos nacionais sempre foram movimentos da província contra o centro e, por conseguinte, tinham grandes dificuldades de superar as barreiras determinadas por essa posição periférica. Frequentemente, os líderes idealizavam a pequenez e a marginalização como virtudes específicas, para as quais critérios avaliativos utilizados por grandes nações não poderiam ser aplicados. Assim havia um forte provincialismo ainda existente até os dias de hoje. Isto explica por que os movimentos nacionais prestaram relativamente pouca atenção a contatos e relações internacionais – ao menos comparativamente a nações-estado.

Movimentos nacionais não foram um fenômeno exclusivo da Europa Central e Oriental. A formação nacional na Europa Ocidental também ocorreu dessa maneira – como foram os casos alemão e italiano, onde movimentos nacionais lutaram para atingir o único atributo de que necessitavam para a existência nacional completa: um Estado. Podemos traçar muitos estereótipos italianos e alemães similares aos recém-descritos.

4 LIÇÕES TIRADAS DO PARALELO HISTÓRICO

Se tentássemos uma análise imparcial dos eventos nos chamados países pós-comunistas na década de 1990, seria possível caracterizar apenas uma fração deles com o termo nacionalismo em seu sentido restrito tradicional. O termo movimento nacional cobre um espectro bem mais amplo. De fato, os desenvolvimentos em muitos desses países foram, em uma forma condensada, o que em terminologia histórica é chama-

do de movimento nacional. Os paralelos são convincentes também no presente: o objetivo principal dessas nações era atingir os atributos de uma existência nacional completa que lhes faltava – isto é, independência total, uma estrutura social completa semelhante à dos países com economias de mercado desenvolvidas, e uma cultura nacional independente. Apesar dos elementos básicos das demandas nacionais serem os mesmos, eles diferiam nos detalhes, de modo que o programa político era também forte, especialmente nos territórios da antiga União Soviética.

Em resumo, a questão é se a comparação com paralelos históricos pode ajudar a explicar as raízes ou pelo menos as circunstâncias mais complexas dos movimentos nacionais contemporâneos. Os movimentos nacionais do século XIX foram respostas à crise do antigo regime, à desintegração do antigo sistema de valores. Isto determinou a necessidade por uma nova comunidade, novas relações, uma nova identidade coletiva. Ou seja, é essencialmente semelhante à atual desintegração de relações estabelecidas, incertezas e medo do futuro que se seguiram ao colapso da economia planejada, segurança social e controle ideológico. Nessa situação, uma comunidade nacional constitui uma promessa de apoio tangível e um novo sistema de valores compreensível. Diferentemente do século XIX, a idéia de solidariedade nacional já existia e podia ser adotada e modificada.

Na maioria dos movimentos nacionais, agitações começavam em uma situação na qual nem os protagonistas nem os destinatários tinham qualquer experiência política de vida em uma sociedade civil e, portanto, demandas nacionais eram mais facilmente compreensíveis e aceitáveis para eles que programas políticos abstratos. Situação semelhante ocorreu no final dos anos 1980: após os cinqüenta ou setenta anos de regime autoritário. Demandas sociais e nacionais foram mais bem-sucedidas na mobilização das massas que declarações complicadas sobre direitos humanos e democracia consensual.

O DILEMA DOS ANOS 1990: O QUE FAZER COM O NACIONALISMO EM PAÍSES PÓS-COMUNISTAS?

Mais cedo ou mais tarde, os movimentos nacionais tinham de definir as fronteiras físicas das suas nações (as nações eram vistas em termos de personalidade coletiva). Dois critérios estavam disponíveis para esse processo – definições étnicas ou históricas. Nenhum destes, porém, cobria todas as conseqüências conhecidas de movimentos minoritários no período do entre guerras nos quais uma definição histórica era possível. Quase todos os movimentos nacionais contemporâneos encararam o mesmo problema e seus líderes normalmente decidiram-se por fronteiras históricas, apesar de elas novamente criarem minorias étnicas na Estônia, Letônia, Lituânia, Croácia e Moldávia. Como as nações continuam sendo personificadas, aumenta a discordância entre fronteiras políticas e étnicas. Também é verdade que a situação das minorias consistentes de membros da antiga nação (Estado) dominante no território da anteriormente desprivilegiada nação é particularmente crítica. Conforme mostra a história, o papel das minorias alemãs e húngaras no entre guerras foi exercido pelas minorias russas e sérvias nos anos 1990.

O argumento defensivo ainda domina os estereótipos nacionais; um movimento nacional defende demandas justas, o que torna possível a expiação moral. Esta é normalmente complementada pelo estereótipo do pacifismo, a demanda por unidade nacional e a necessidade de expressar o direito à soberania.

Em comparação com o passado, o importante papel dos conflitos de interesse nacionalmente relevantes tem mudado. Então os conflitos de interesse ocorriam nas condições de uma sociedade ascendente e de crescimento econômico. Os conflitos atuais, no entanto, têm sido acompanhados de depressões econômicas e crises e, acima de tudo, uma mudança total no sistema econômico e a ascensão de novas elites no vácuo de poder deixado pela retirada das elites da nomenclatura comunista.

Se certo nível de comunicação social condicionou o sucesso da agitação nacional no passado, o papel dos meios de comunicação tornou-se hoje a força decisiva na velocidade e intensidade da agitação nacional. Essa foi uma razão para a rápida resposta das massas à agitação nacional. No entanto, nem mesmo os meios de comunicação puderam construir uma nação-estado se condições favoráveis não fossem atingidas.

A possibilidade de avanço social foi outra condição necessária para a formação nacional bem-sucedida. Podemos observar uma diferença significativa a esse respeito. No passado, líderes dos movimentos nacionais tinham de lutar por cada posição e, se conseguiam penetrar nas elites, precisavam modificar seu estilo de vida e código moral. Líderes dos novos movimentos nacionais contemporâneos penetraram um vácuo no qual não existem valores tradicionais. Isso continha o potencial para abusos, mas também para um novo começo.

Após o século XIX, movimentos nacionais rejeitaram a identificação com um império multiétnico dinasticamente estabelecido. Tais movimentos não tinham nenhuma autoridade supranacional como fonte de uma identidade maior. Hoje, a identidade supranacional é representada pelo projeto de integração européia. Embora poucos líderes dos novos movimentos nacionais tenham questionado verbalmente o prospecto da Europa, não está claro se naquele momento eles estavam dispostos a aceitar completamente a Europa das regiões.

5 IDENTIDADES NACIONAIS, REGIONAIS E EUROPÉIA

O objetivo da ênfase na identidade regional é enfraquecer a identidade nacional e o nacionalismo para abrir caminho a uma identidade européia. Apesar de a idéia ter se desenvolvido no período do pós-guerra, a relação entre região e nação tem uma história mais longa. No século XVIII, o patriotismo iluminista baseava-se na identificação com o país, então era definido

O DILEMA DOS ANOS 1990: O QUE FAZER COM O NACIONALISMO EM PAÍSES PÓS-COMUNISTAS?

em termos de região. Uma identidade nacional, ou um movimento nacional marginalizaram e eventualmente suprimiram essa identidade regional. A experiência histórica pode ser uma lição útil para o presente. Concentremo-nos nos pontos de diferença. Como diferiu, e como difere, hoje, a identidade nacional da regional?

Ambas as identidades estão relacionadas à população de um território em particular, mas elas diferem significativamente na definição do território. Um território nacional não precisa ser completamente compacto (ele pode incluir minorias vivendo no território de outras nações ou Estados) e é determinado por uma linha divisória estrita entre NÓS e ELES, os dois grupos etnicamente definidos. Uma região não é tão precisamente definida, nem é importante se os habitantes da região são etnicamente homogêneos. Uma nação tem membros, uma região tem habitantes. Isso tem diferentes conseqüências para a migração. Os habitantes de uma região perdem sua identidade regional ao emigrarem, enquanto os membros de uma nação a preservam (ao menos por uma geração). Similarmente, imigrantes podem facilmente aceitar uma identidade regional, mas mantêm o *status* de estrangeiros em relação a membros etnicamente definidos de uma nação por muito tempo.

Enquanto a identidade nacional é baseada na existência de uma cultura distintiva, diferente de outras, a cultura regional normalmente constitui parte de uma cultura nacional mais ampla ou de diversas culturas nacionais, embora possa ter certas especificidades nacionais em sua estrutura. Da perspectiva da especificidade cultural, ambas não são mutuamente exclusivas, mas complementares.

Ademais, a identidade nacional está associada à idéia de uma nação personificada (personalidade coletiva) com sua própria história, com a qual um indivíduo se identifica. A identidade regional não possui tal personificação. Isto cria uma diferença muito mais importante no Iluminismo do que hoje.

De modo geral, o patriotismo regional baseava-se na idéia da responsabilidade do patriota para com o povo, com os habitantes da região, incluindo a possibilidade de avanço. O ativismo nacional objetiva uma idéia ficcional de personalidade com certas necessidades com as quais articula suas demandas. Interesses regionais são apenas os interesses da comunidade de habitantes e não possuem o carisma de uma personalidade coletiva.

A diferença em relação ao poder estatal é sintomática. Uma região sempre evoca a imagem de uma província, um território dentro de um todo maior. Um império multiétnico representava o todo maior no período de formação nacional. Se a identidade regional era compatível com a identidade nacional naquele momento, esse não é o caso na relação entre identidade nacional e o Estado supranacional. Ali, o esforço em direção à minimização da posição periférica da nação e seu subsequente estabelecimento do território nacional como um centro soberano dentro do Estado prevaleceu. Nas condições de mudança do século XX, esse processo resultou no impulso rumo à condição de Estado da nação.

Em uma identidade regional sobressai determinada vantagem, qual seja: apesar de conflitos de interesse ainda ocorrerem, eles não se tornarão nacionalmente relevantes e, portanto, não serão usados no interesse do nacionalismo. A vantagem pode tornar-se relativa se o conceito de região for substituído pelo conceito de nação em nossos dias, pois o antagonismo entre regiões pode ser traduzido na linguagem de antagonismos entre nações.

Aqui chegamos a uma importante relação com o poder político. Enquanto políticos de uma nação-estado são agentes mais ou menos independentes de poder em seu próprio território, a regionalização pressupõe a dependência dos políticos regionais diante de um Estado central – ou à Europa. Sob que condições estarão as elites dominantes dos Estados-nação

O DILEMA DOS ANOS 1990: O QUE FAZER COM O NACIONALISMO EM PAÍSES PÓS-COMUNISTAS?

pós-comunistas dispostas a ceder sua posição a políticos regionais? A se julgar pelas declarações verbais, a dependência direta da Europa parece ser mais aceitável que a dependência mediada por um estado multiétnico. Dessa perspectiva, a desintegração das federações e a criação de Estados-nação após 1989 parece ser um ponto de partida favorável para a integração europeia. Contudo, os perigos persistem em uma situação na qual uma nação com população pequena também estará na posição de uma região diante da Europa, com todos os riscos de conflitos nacionalmente relevantes. É preciso notarmos que uma unidade nacional mais fraca é sempre a que se separa de uma mais forte em secessões, e não o contrário.

Deixando-se de lado a questão do poder político, a aceitação de uma identidade europeia parece pouco problemática, conquanto assumamos que uma identidade europeia pode ser cultivada, assim como o nacionalismo pode ser curado. Tal abordagem, entretanto, é demasiado voluntarista, pois o êxito de qualquer processo educativo depende sempre de certos determinantes externos e nenhuma identidade, nem mesmo a europeia, pode ser introduzida por decreto independentemente deles. Alguns dos determinantes são que os cidadãos que deverão aceitar a nova identidade compartilhem do mesmo nível econômico, cultura e sistema de valores, e se identifiquem com o presente e o passado da nova unidade. Esse é o problema crucial.

As diferenças no aumento do nível econômico pós-1989 podem arruinar a possibilidade de se criar uma comunidade ocidente-oriente baseada em interesses comuns (a menos que chamemos as corporações multinacionais de comunidades de interesses compartilhados). O prospecto de uma comunidade cultural não é menos dúbio, sobretudo porque um possível impacto integrador pan-europeu está dominado por influências estadunidenses (e possivelmente japonesas). Um visitante de outro planeta poderia dizer que as características comuns

do continente chamado Europa são séries de TV como *Dallas* e lanchonetes do tipo McDonald's! A dimensão histórica da identidade europeia é talvez a parte mais complicada já que o Ocidente parece não estar disposto a cooperar na integração do passado dos países pós-comunistas à imagem estabelecida da história europeia, como pode ser percebido ao se olhar para qualquer livro-texto de história europeia publicado na França, Grã-Bretanha ou Alemanha. Os bem-intencionados projetos de um novo conceito de história europeia ainda não têm tido nenhum impacto nesse fato.

Nessa ótica, a questão mais freqüentemente citada é da insuficiente compatibilidade nos sistemas de valores conforme mostrado pelo contraste entre a sociedade civil ocidental e o nacionalismo oriental. A esse respeito, a arbitrariedade terminológica mencionada na introdução cria o maior problema. A abstrata, indefinida, mas freqüentemente repetida visão do indiferenciado nacionalismo oriental negligenciava flagrantemente o fato de vir o separatismo ganhando força em muitos países da Europa Ocidental e que seus agentes são nacionalistas tais como, por exemplo, políticos de direita na Hungria ou Lituânia. Afinal, os dois grupos compartilham uma relação positiva com a integração europeia. Eu não mencionei o sucesso de partidos políticos semifascistas e racistas, por exemplo, na França e Itália, porque percebo uma diferença fundamental nos níveis de diferenciação de cultura política, e não por algum nacionalismo qualitativamente diferente.

Se quisermos fazer uma análise séria (em oposição a declarações consistentes de clichês jornalísticos) das questões relativas à identidade nacional dos cidadãos dos Estados-nação pós-comunistas e o grau em que essa identidade é uma ameaça a valores civis e um obstáculo à inclusão na Europa, devemos primeiramente colocar de lado o espantalho abstrato do nacionalismo oriental. Enquanto persistirmos no uso de tão imprecisa terminologia, não poderemos

O DILEMA DOS ANOS 1990: O QUE FAZER COM O NACIONALISMO EM PAÍSES PÓS-COMUNISTAS?

chegar a nenhuma solução concreta ao problema. Assim, temos de começar com análises concretas no nível da vida real, e não das grandes idéias.

Eu posso, assim, imaginar um projeto coordenado de pesquisa focando igualmente a Europa, o Ocidente e Oriente, e explorando os fundamentos das identidades nacionais (e regionais) dos nacionais de nações-estado e os estereótipos existentes. De que tradições eles derivam? Quais têm sido as demandas nacionalistas? Em que estágio do processo de formação nacional estão todas essas comunidades particulares? Tal pesquisa teria de incluir também uma dimensão histórica.

Enquanto prevalecer na União Européia a opinião de que, de um ponto de vista histórico, o Leste e Oeste europeus são e sempre foram duas unidades incomparáveis, as discussões sobre a integração européia permanecerão mera propaganda. A Cortina de Ferro foi criada pelo Comunismo para se defender da democracia. A ironia histórica é que, anos após sua queda, ela ainda sobreviva como uma barreira mental, especialmente na mídia ocidental, o que ajuda o Ocidente a manter sua exclusividade.

Traduzido por Clayton Mendonça Cunha Filho

REFERÊNCIAS

BREUILLY, J. **Nationalism and the state**. 2nd ed. Manchester: University Press, 1993.

GELLNER, E. **Nations and nationalism**. Oxford: Blackwell, 1983.

KOHN, H. **The idea of nationalism**. A study on its origins and backgrounds. New York: Colliers-Macmillan, 1944.

SMITH, A.D. **National identity**. London: Penguin Books, 1991.

SUGAR, P, LEDERER, I.J. (Eds.). **Nationalism in eastern Europe**. 3rd ed. Washington: University Press, 1994.